Política

DESAFIOS AO MAIOR BLOCO DO MUNDO

O mundo vive dias turbulentos. Uma crise econômica global está em curso desde 2008. Em seu rastro, ela provoca grande instabilidade nos mercados, piora nas condições de vida da população em vários países, queda de líderes políticos – e manifestações ganham as ruas em diversos pontos do globo.

Em 2011, a União Europeia foi atingida em cheio pela turbulência, e a dificuldade para enfrentar a situação causa um clima de choque, gritaria e confusão. No interior da União Europeia, trava-se um cabo de guerra: de um lado, um pequeno grupo decide medidas com base em um poder político e econômico capaz de afetar diretamente os 27 países-membros do bloco, e, de outro, a população de algumas dessas nações se recusa a aceitar as medidas, que podem significar a perda de direitos históricos. Em jogo estão os conceitos de soberania nacional, e até de democracia.

O cenário da União Europeia está conturbado. Os gregos invadiram as ruas para protestar depois que seu Parlamento aprovou, em fevereiro de 2012, novos cortes no orçamento para garantir um enorme empréstimo de emergência do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os governos de países em situação semelhante, como Irlanda, Portugal e Itália, buscam impor medidas que implicam queda de qualidade de vida de sua população. Dinamarca, França e Itália reveem suas políticas de migração e de controle de fronteiras, mexendo com questões essenciais para a tradicional liberdade de circulação dentro da União Europeia. O euro, a moeda comum de 17 países, dá sinais de que não se mantém com suas atuais regras. Enquanto isso, a França, do presidente Nicolas Sarkozy, e a Alemanha, da premiê Angela Merkel, as duas maiores economias da zona do euro, apressam-se em cortar gastos.

Nascida em 1992, a União Europeia chega a 27 países e amplia sua presença no leste do continente

A crise que ameaça a União Europeia é global, e sua origem está no colapso do mercado imobiliário dos EUA há quatro anos. O estouro da bolha imobiliária afetou todo o sistema financeiro mundial.

A injeção de trilhões de dólares de dinheiro público para salvar bancos e companhias em dificuldades, realizada por diversos governos, acabou ampliando fortemente a dívida das nações. Agora, os países são chamados a equilibrar suas contas com cortes profundos nos gastos públicos e aumentos nos impostos, medidas que afetam diretamente a população. As manifestações de 2011 na Grécia, nos Estados Unidos, na Espanha, e mesmo nos países árabes e no Chile, têm como pano de fundo as consequências da crise.

História

Com meio século de existência, a União Europeia é o maior bloco econômico do mundo. Sua criação começou em 1951, quando seis países – Alemanha Ocidental, França, Bélgica, Holanda, Itália e Luxemburgo – fundaram a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Ceca). Em 1957, o Tratado de Roma criou a Comunidade Econômica Europeia (CEE), instituindo as "quatro liberdades fundamentais" dentro do bloco: livre circulação de pessoas, de mercadorias, de capitais e de serviços. Entre 1973 e 1995, entraram para a comunidade Dinamarca, Reino Unido, Irlanda, Grécia, Espanha, Portugal, Áustria, Finlândia e Suécia. Com o Tratado de Maastrich, em 1992, nasceu a União Europeia (UE) (*veja na pág. ao lado*).

Em 2004, houve a maior ampliação da história do bloco, com o ingresso de mais dez nações: Eslováquia, Eslovênia, Hungria, Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Chipre e Malta. O aspecto distintivo desse crescimento foi a integração de países do Leste Europeu. Alguns viveram décadas sob a influência da União Soviética, pois, no período da Guerra Fria (1949-1991), eram regimes comunistas isolados na Cortina de Ferro. A partir dos anos de 1990, esses países aos poucos saíram da influência da Rússia.

Em 2007, passaram a fazer parte do bloco a Romênia e a Bulgária, elevando a população total da União Europeia a quase meio bilhão de habitantes. Em 2013, pode ser concluído o processo de adesão da Croácia. Turquia, Macedônia, Montenegro e Islândia já deram início ao pedido para integrar a União Europeia.

Centralização política

Na construção histórica da União Europeia, houve um movimento constante de concessão de poderes às instituições supranacionais, como o Parlamento Europeu e o Banco Central Europeu, em detrimento da soberania das nações integrantes do bloco. Com frequência, esse processo foi conflituoso e tumultuado.

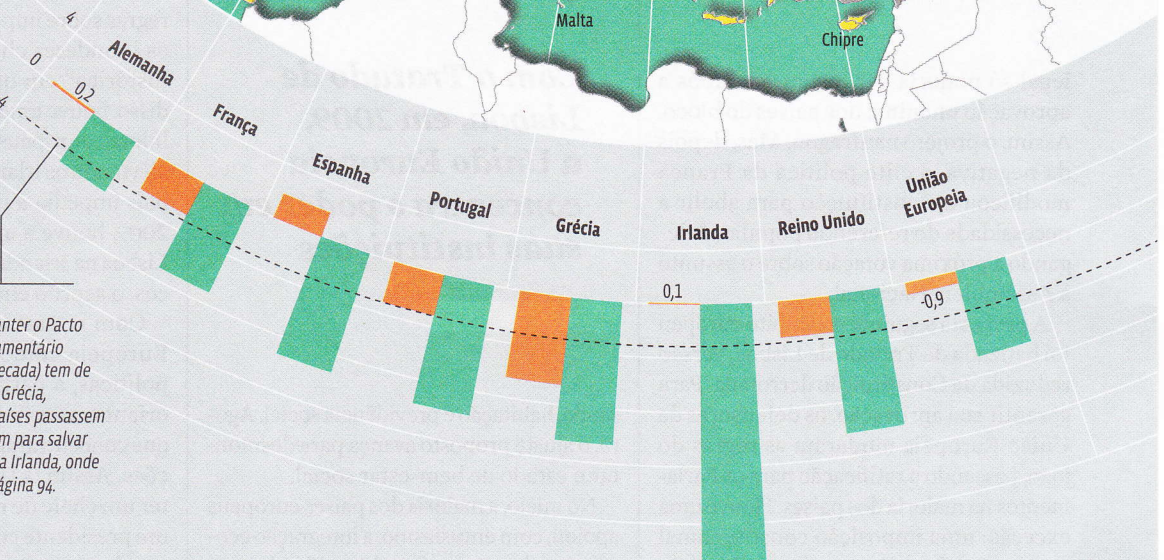
Um bom exemplo é a proposta de Constituição europeia, rejeitada em 2005 por votações populares na França e na Holanda. Pelas regras da época, essa estrutura

UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia se organiza politicamente de forma parecida com a de uma federação, na qual diversos países compartilham instituições às quais delegam o poder de legislar. O bloco começa a se configurar após a II Guerra Mundial, com o objetivo de promover a integração econômica e fortalecer politicamente os países integrantes.

O ESTOURO DOS ORÇAMENTOS

Déficits orçamentários, em % do PIB



Acima do limite

Uma das regras da zona do euro é manter o Pacto de Estabilidade, no qual o déficit orçamentário (quando o país gasta mais do que arrecada) tem de estar abaixo de 3% do PIB. Depois da Grécia, o efeito dominó fez com que vários países passassem esse limite, pois os governos gastaram para salvar instituições financeiras. Veja o caso da Irlanda, onde o déficit chegou a 31,3% do PIB, na página 94.

HISTÓRIA DA UE

1951

O Tratado de Paris cria a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, para promover uma integração econômica. Seis países aderem: Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo.

1957

Os seis países formam a **Comunidade Econômica Europeia (CEE)**. São criados os quatro fundamentos do bloco: livre circulação de mercadorias, de capitais, de serviços e de pessoas.

1992

Com o Tratado de Maastricht, nasce a União Europeia (UE), que passa a reunir 12 países, com a adesão de Dinamarca, Espanha, Grécia, Irlanda, Portugal e Reino Unido.

1995

Ingressam Áustria, Finlândia e Suécia.

2002

Entra em circulação o **euro**, moeda comum à maioria dos países da União Europeia (*veja o infográfico na pág. 93*)

2004

Mais dez nações ingressam no bloco: Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Tcheca.

2005

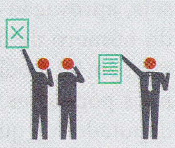
Os Estados-membros votam uma Constituição europeia, com o objetivo de reforçar as instituições e centralizar o processo decisório. A proposta é derrotada em referendos na França e na Holanda e não é implantada.

2007

Ingressam a Romênia e a Bulgária, totalizando os 27 países-membros atuais. Hoje Turquia, Croácia, Macedônia, Montenegro e Islândia são candidatos a ingressar no bloco.

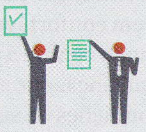
2008

O Tratado de Lisboa, que retoma a maioria dos pontos da proposta de Constituição, é aprovado na maioria dos Parlamentos, mas é rejeitado em referendo pelos irlandeses.



2009

Em novo referendo, os irlandeses aprovam o tratado, sob forte pressão política dos líderes dos demais países europeus (*veja mais na pág. 90*).



2010

Com a crise econômica iniciada em 2008, vêm à tona as fragilidades e dificuldades em conciliar interesses nacionais com as necessidades supranacionais do bloco.

2011

A crise política se agrava e causa mudança nos governos da Grécia (George Papandreou) e da Itália (Silvio Berlusconi).

VINCENZO PINTO/AFP

Fim da linha
O italiano Silvio Berlusconi pede demissão em 2011: seu governo não tinha força para aplicar o ajuste

legal só poderia ser instaurada após a aprovação unânime dos países do bloco. Assim, o projeto naufragou. Mas, depois da negativa, a elite política da França modificou a Constituição para abolir a necessidade do referendo popular, delegando a próxima votação sobre o assunto à Assembleia Nacional.

A proposta seguinte no âmbito europeu foi batizada de Tratado de Lisboa, versão reduzida da Constituição derrotada. Para garantir sua aprovação, os defensores da União Europeia mudaram as regras do jogo, passando a ratificação para os Parlamentos na maioria dos países. Houve uma exceção: uma imposição constitucional tornava o referendo popular obrigatório na Irlanda. Em junho de 2008, os eleitores da República da Irlanda prolongaram o impasse, ao recusarem o tratado por maioria.

O porquê do "não"

Até aquele ano, havia crescimento econômico nos países-membros da União Europeia. Então, quais seriam os motivos para a recusa em várias votações populares às medidas de fortalecimento da UE? Podemos resumir dizendo que, por trás do "não", havia a rejeição à perda da identidade e de direitos econômicos e políticos nacionais, enfim, de soberania.

Essa questão é histórica. Depois da II Guerra Mundial, vários países europeus implantaram estados de bem-estar social, nos quais os indivíduos passaram a desfrutar de um conjunto de bens e serviços garantidos pelo Estado, como educação,

Com o Tratado de Lisboa, em 2009, a União Europeia concentra o poder em suas instituições

saúde, habitação e previdência social. Agora, o ajuste proposto avança para desmontar o estado de bem-estar social.

No início, a maioria dos países europeus apoiou, com entusiasmo, a integração econômica de seus países, identificada com estabilidade e prosperidade econômica. A etapa seguinte, da integração social, também foi bem recebida, embora com menos entusiasmo, pois a uniformização de normas afetava aspectos da vida nacional. Já a última etapa de integração da UE, da unificação política, foi vista com profunda desconfiança. Há o forte temor de que o comando central da União Europeia, em Bruxelas, exerça um poder autoritário, burocrático, indiferente às necessidades dos cidadãos, além do controle popular.

O Tratado de Lisboa propõe a criação de instituições políticas acima do poder e da influência de cada nação. Como funcionarão as instituições? Quem elegerá seus representantes? Muitos europeus não se sentem confortáveis em entregar a esse comando central a prerrogativa de instaurar mudanças que afetem de forma direta as condições de sua vida.

O que muda com o tratado

Depois da rejeição popular na Irlanda, iniciou-se uma operação política pela aprovação do Tratado de Lisboa. Em primeiro lugar, todos os demais países aprovaram o tratado (faltando apenas a chancela presidencial na República Tcheca). Em seguida, preparou-se um novo referendo sobre o mesmo tema na Irlanda, um ano e pouco depois – em outubro de 2009. Em troca da aprovação, ofereceram-se ao país "garantias legais" de que a União Europeia não iria impor leis sobre questões como direito ao aborto, casamento gay, regras sobre impostos e mudanças no que os irlandeses chamam de "neutralidade histórica" em questões externas. Além disso, houve uma participação maciça dos líderes europeus na campanha eleitoral, alertando os irlandeses de que apenas seu país impedia a unificação europeia. Em 2009, houve a aprovação do Tratado de Lisboa na Irlanda. Com a adesão dos tchecos, o acordo entrou em vigor na UE.

Com o Tratado de Lisboa, a União Europeia começou a ter novas regras políticas, a partir do fim de 2009, para orientar as ações dos Estados-membros, que concentraram poder em suas instituições. Assim, a União Europeia passou a ter um chefe de relações internacionais e um presidente com mandato de dois anos e meio, com possibilidade de reeleição, no lugar do sistema rotativo de seis meses. Outros pontos importantes são:

- O Parlamento europeu passa a ter mais poder de decisão em assuntos de Interior e Justiça dos países-membros e poderá influenciar e rejeitar as legislações da Comissão Europeia (a comissão é formada por um representante de cada país-membro).
- A partir de 2014 entra em vigor um novo sistema de votação, em que 55% dos Estados – desde que representem 65% da população do bloco – podem aprovar uma lei obrigatória para todos (até lá, ainda é preciso consenso, ou seja, aprovação de todos). A divisão do número de deputados europeus também foi modificada, com os países mais populosos passando a ter mais deputados do que os menores.

Economia

A MOEDA ÚNICA É POSTA EM XEQUE

Sessenta anos após o início de sua construção, a União Europeia tem como desafio conciliar os interesses dos 27 países-membros e promover um modelo eficiente de crescimento e cooperação. A crise profunda que a atinge, porém, mostra um risco real de desintegração. A atual crise de crédito levanta dúvidas sobre a viabilidade de uma moeda única para economias tão diferentes. Especula-se, até mesmo, sobre uma fragmentação da zona do euro num futuro próximo.

Surge o euro

Os primeiros planos de uma moeda única surgiram nos anos 1970, quando os líderes europeus decidiram criar um sistema monetário ligando internamente o câmbio de moedas. Por causa do fortalecimento do dólar, as moedas europeias estavam tendo problemas. Em 1992, com a criação da União Europeia, os países-membros decidiram concretizar a união monetária. Em 1999, nascia o euro. Hoje, 17 países adotam a moeda e integram a zona do euro. Esses países têm as economias interligadas e, para garantir a estabilidade da moeda, são obrigados a seguir parâmetros rígidos de inflação, juros, dívida pública e déficit orçamentário (diferença entre o que se gasta e o que se arrecada). Os países devem manter o déficit abaixo de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) e a dívida nacional máxima em 60% do PIB, regras que formam o Pacto de Estabilidade. Um desequilíbrio mais grave em qualquer um põe o euro em risco.

Os britânicos não quiseram aderir ao euro, pois preferiram manter o controle sobre sua moeda

Nem todos os países da União Europeia quiseram aderir à nova moeda na época. Reino Unido, Dinamarca e Suécia preferiram ficar de fora. O principal motivo é que os países da zona do euro abriram mão de sua soberania nacional sobre a política monetária e cambial, atribuições que agora cabem ao Banco Central Europeu (BCE). O controle sobre a emissão da moeda e a sua cotação diante do dólar são instrumentos importantes adotados por bancos centrais nacionais para poder dirigir a economia, pagar as dívidas e estimular as exportações nacionais. O Reino Unido, por exemplo, não quis abrir mão da libra esterlina, e atualmente foi menos afetado pela crise na Grécia.

Mesmo com a atual ameaça à moeda única, sete países estão na fila para adotar o euro. Bulgária, Lituânia, Letônia, Hungria, Romênia, Polônia e República Tcheca devem finalizar o processo de adesão – com a adaptação de suas economias às regras do euro – em até dez anos. Enquanto isso, Islândia e Dinamarca já enviaram consultas formais à Comissão Europeia com esse mesmo objetivo.

Crise em curso

A crise econômica mundial atingiu a Europa tão logo eclodiu nos Estados Unidos, em 2008, com a quebra de instituições financeiras e a baixa nas bolsas de valores (*veja na pág. 99*). Na zona do euro, a Grécia foi a primeira economia a mostrar suas graves fraquezas. Na última década, a nação fez empréstimos pesados, financiou um crescimento médio de sua economia de 4% ao ano, entre 2001 e 2008, e elevou os gastos públicos e o endividamento nacional. Quando a crise estourou, o país não tinha recursos para lidar com ela e não conseguia novos empréstimos, por causa do endividamento. Isso é o que se chama crise de crédito.

Para tentar fazer frente ao problema, o governo grego aumentou seus gastos com incentivos a vários setores da economia. Não adiantou: o desemprego cresceu e caíram o consumo da população e a arrecadação de impostos. A dívida pública ampliou-se, e o déficit no orçamento chegou a 10,6% do PIB em 2010, um dos mais altos da Europa e mais de três vezes acima do previsto pelas regras da zona do euro.

Socorro internacional

O então primeiro-ministro grego Georges Papandreou, ligado à social-democracia (esquerda), pediu empréstimos à União Europeia (UE) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para não dar um calote de 120 bilhões de euros nos credores, ou seja, não decretar uma moratória (quando o país para de pagar suas dívidas por falta de dinheiro).

Preocupados em evitar que a crise de crédito se espalhasse para os países vizinhos, a UE e o FMI rapidamente anunciaram, em maio de 2010, um plano de aporte financeiro à Grécia no valor recorde de 110 bilhões de euros, vinculado a medidas duras de cortes nos gastos públicos. Papandreou tenta aumentar os impostos, demitir servidores públicos, cortar direitos trabalhistas. Em reação, enfrenta manifestações e várias greves gerais. O país afunda em uma forte recessão (encolhimento da economia).

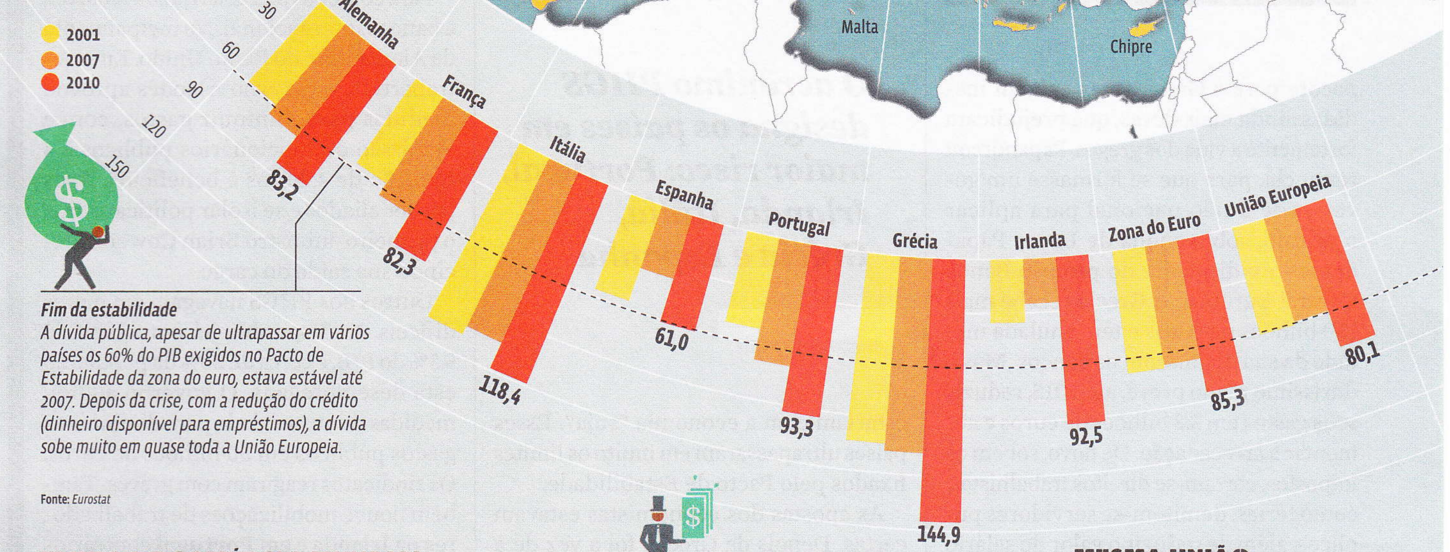
Como a crise se aprofunda, em 2011, os líderes europeus anunciam um novo

ZONA DO EURO

Dezessete países compartilham o euro, moeda controlada pelo Banco Central Europeu, e compõem a zona do euro, criada em 1999. Para que o euro tenha estabilidade, há regras de controle financeiro. A zona do euro foi duramente atingida pela crise financeira global (*veja na pág. 98*), sobretudo a partir do início de 2010, com o colapso da Grécia, seguido por problemas em diversos outros países.

A DÍVIDA DECOLA

Endividamento dos países, em % do PIB



Fim da estabilidade
A dívida pública, apesar de ultrapassar em vários países os 60% do PIB exigidos no Pacto de Estabilidade da zona do euro, estava estável até 2007. Depois da crise, com a redução do crédito (dinheiro disponível para empréstimos), a dívida sobe muito em quase toda a União Europeia.

Fonte: *Eurostat*

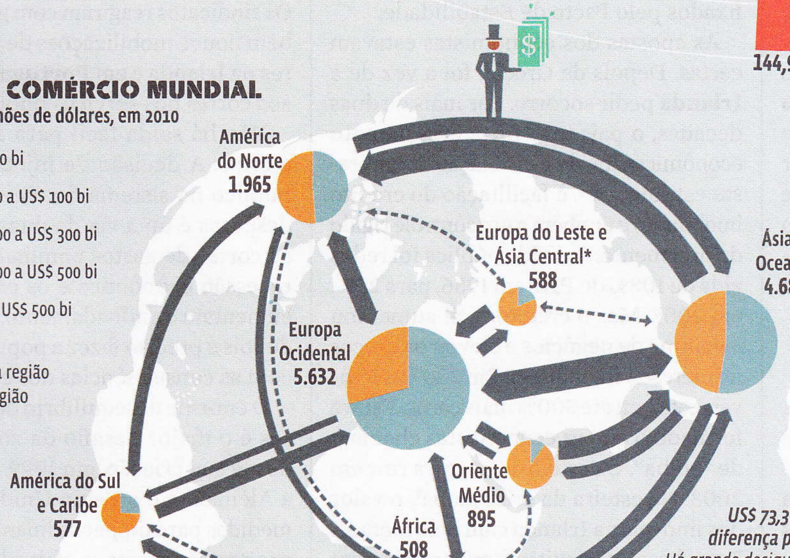
FLUXO DE COMÉRCIO MUNDIAL

Negócios em bilhões de dólares, em 2010

- - - - Até US$ 50 bi
De US$ 50 a US$ 100 bi
De US$ 100 a US$ 300 bi
De US$ 300 a US$ 500 bi
Acima de US$ 500 bi

Entre países da região
Para fora da região

TOTAL
14,8 trilhões de dólares



A UE responde por mais de 30% do comércio mundial
O mapa mostra que grande parcela do comércio do globo está ligada à Europa. Entre os dez países que mais participam das importações e exportações em 2010, metade faz parte da União Europeia.

Fontes: *OMC* e Le Monde Diplomatique
**Inclui os países que pertenciam à União Soviética, exceto Letônia, Estônia e Lituânia*

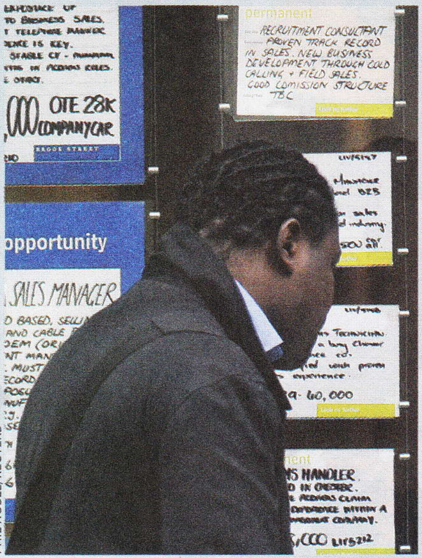
MESMA UNIÃO, RENDA DESIGUAL

Renda per capita (2010), em dólares

MAIOR RENDA	Luxemburgo	79.510
	Dinamarca	58.980
	Suécia	49.930
	Holanda	49.720
	Finlândia	47.170
	Áustria	46.710
	Bélgica	45.420
	Alemanha	43.300
	França	42.390
	Irlanda	40.990
	Reino Unido	38.540
	Itália	35.090
	Espanha	31.650
	Chipre	30.460
	Grécia	27.240
	Eslovênia	23.860
	Portugal	21.860
	Malta	18.350
	Rep. Tcheca	17.870
	Eslováquia	16.220
	Estônia	14.360
	Hungria	12.990
	Polônia	12.420
	Letônia	11.620
	Lituânia	11.400
	Romênia	7.840
MENOR RENDA	Bulgária	6.240

US$ 73,3 mil de diferença por ano
Há grande desigualdade na distribuição de renda entre os atuais países da União Europeia. O gráfico mostra que a renda média da população varia muito. Os extremos são Luxemburgo e Bulgária.

Fontes: *OMC* e Le Monde Diplomatique



PHIL NOBLE/REUTERS

Em busca de vaga *Homem lê ofertas de trabalho em uma agência no Reino Unido: a taxa de desemprego está em alta no país*

pacote para a Grécia, mas exigem medidas ainda mais duras, que prejudicam fortemente a vida dos gregos. Papandreou renuncia, para que se formasse um governo de união nacional para aplicar o acordo, sob a chefia de Lucas Papademos, ex-dirigente do próprio Banco Central Europeu. A Grécia recebe mais 130 bilhões de euros e tem anulada metade da sua dívida com os bancos. Mas o duríssimo plano prevê, até 2015, reduzir seus gastos em 3,3 bilhões de euros e aumentar a arrecadação. De novo, sobem os impostos, cortam-se direitos trabalhistas, como férias, demitem-se servidores públicos, além de reduzir o valor do salário mínimo e das aposentadorias. O governo anuncia um pacote de privatizações, que inclui estatais até do saneamento. Por fim, a Grécia abre mão de sua soberania e aceita uma interferência direta da União Europeia e do FMI. As medidas provocam revolta popular, e a multidão chega a atear fogo em edifícios em Atenas.

Contaminação

Ao liberar o pacote bilionário à Grécia, o FMI instou outros países europeus a adotar planos de ajuste fiscal, para impedir o crescimento da dívida. Como a economia do bloco é interligada, outras nações podem ser atingidas pela situação da Grécia. Foi criado um acrônimo para designar os países em maior risco: PIIGS (com as iniciais de Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha – Spain, em inglês), numa referência à palavra “porco” em inglês, para indicar os que estariam com a economia “suja”. Esses países ultrapassaram em muito os limites fixados pelo Pacto de Estabilidade.

O acrônimo PIIGS designa os países em maior risco: Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha

As apostas dos economistas estavam certas. Depois da Grécia, foi a vez de a **Irlanda** pedir socorro. Por mais de duas décadas, o país teve forte crescimento econômico, devido à instalação de empresas estrangeiras, à facilitação do crédito imobiliário e também a um controle rígido do orçamento. A dívida pública foi reduzida de 108% do PIB, em 1986, para 25%, em 2007. Mas o crédito fácil aumentou o volume de negócios e elevou os preços no mercado imobiliário. Em 2007, os imóveis estavam até 300% mais caros. Estava formado o que os economistas chamam de “bolha”. O castelo começou a ruir em 2008. Na esteira da crise global, o valor dos imóveis na Irlanda caiu pela metade. Empobrecidas, muitas famílias deixaram de pagar as hipotecas. Os bancos, sem receber o que haviam emprestado, também afundaram em dívidas. Para evitar uma quebra geral, o governo despejou nos bancos uma fortuna em recursos públicos: 45 bilhões de euros.

O socorro ao sistema bancário provocou um rombo gigantesco no orçamento irlandês. A conta, que era positiva em 0,1% do PIB em 2007, ficou negativa em 31,3% do PIB em 2010. Ou seja, em apenas três anos, passou a ser mais de dez vezes superior ao parâmetro admitido pela zona do euro. Ao mesmo tempo, com a freada nas atividades econômicas, a arrecadação de impostos despencou. Em dezembro de 2011, quase 15% dos irlandeses estavam sem trabalho (*veja o gráfico na pág. 97*).

Para conter o rombo, a Irlanda recorreu a bancos internacionais, principalmente da Alemanha e do Reino Unido. Em contrapartida, o governo irlandês aprovou medidas para diminuir gastos, com a demissão de funcionários públicos e a redução de salários e benefícios. Após perder aliados e se isolar politicamente, o primeiro-ministro Brian Cowen antecipou sua saída do cargo.

Outros dos PIIGS navegam em mares difíceis. Na **Espanha**, há um déficit de 9,3% do PIB, e cerca de 20% da população está desempregada. O governo adotou medidas de austeridade para diminuir os gastos públicos em 50 bilhões de euros. Os sindicatos reagiram com greves. Também houve mobilizações de trabalhadores na Irlanda e em **Portugal** contrários aos cortes nos serviços públicos.

Não há saída fácil para acabar com a crise. A decisão de injetar dinheiro público no sistema financeiro e cortar despesas é uma via de duas mãos, pois os cortes de gastos ampliam o risco de recessão econômica e os empréstimos aumentam o endividamento. Além disso, depois é preciso fazer a população arcar com as consequências dos cortes.

O enorme desequilíbrio de vários países é o maior desafio da zona do euro desde sua criação, em 1999. Até mesmo a Alemanha e o Reino Unido adotaram medidas para limpar as finanças públicas e se proteger contra o efeito dominó que a crise na Grécia começou a desencadear. A possibilidade de os gregos abandonarem a zona do euro, ou mesmo de a moeda única acabar, é vista como uma grave ameaça econômica, que certamente teria repercussões globais.

Demografia

IMIGRAÇÃO AMEAÇA A LIVRE CIRCULAÇÃO

Para quem vê de fora, a União Europeia significa sobretudo um conjunto de países em que as pessoas circulam livremente e atravessam divisas nacionais sem mostrar documentos. Mas para regular essa circulação há um tratado específico, o Acordo de Schengen, assinado pela União Europeia em 1997. É uma convenção entre países europeus para a livre circulação de pessoas no espaço geográfico de seus integrantes, sem controles de fronteiras e ampliado a uma zona de 26 países. Com o Tratado de Lisboa, os signatários adotaram também políticas comuns para concessão de vistos, de asilo e de imigração, unificando a política nesses domínios.

Mas as regras acabam não valendo igualmente para todos. Dos integrantes da União Europeia, Irlanda e Reino Unido não integram o Espaço Schengen. De fora da União Europeia, Suíça, Noruega e Islândia fazem parte, com Liechtenstein, que aderiu ao espaço em dezembro de 2011. Em sentido contrário, a Dinamarca aprovou, em maio de 2011, a volta do controle de suas fronteiras, mas nega que a decisão afetará o acordo. Já Romênia, Bulgária e Chipre – mesmo sendo da UE – não conseguiram ser integrados ao espaço.

Imigração

Entre os motivos que barraram recentemente a entrada da Romênia e da Bulgária, está a preocupação de um aumento do fluxo de imigrantes nos países mais ricos da Europa Ocidental. As populações desses dois países têm a menor renda média por habitante na União Europeia.

Com a pequena taxa de fecundidade, a imigração é chave para manter a população da Europa

O temor da imigração barra há vários anos a negociação da adesão à UE da Turquia, que registra uma histórica emigração para o bloco. Além disso, o país sofre restrições por causa da pena de morte, das diferenças religiosas (a maioria dos turcos é muçulmana), do conflito com Chipre (país da UE que tem parte do território ocupada pelo Exército turco) e pela tensão com os curdos, que promovem um movimento separatista no leste do país e buscam formar o Curdistão, com parte da Síria, Iraque e Irã.

A UE estima que 6,4% da população do bloco em 2008 seja imigrante, sendo 4% cidadãos vindos de países que não pertencem à UE. Ou seja, há 19 milhões de imigrantes não pertencentes à UE vivendo ali. Uma parcela desse contingente se encontra ilegalmente nesses países. A maioria dos clandestinos está em empregos que exigem mão de obra barata, como construção civil, agricultura e serviços domésticos, que, em boa parte, não atraem os próprios europeus.

Crescimento baixo

Há um desafio demográfico na União Europeia. O aumento da longevidade, combinado com a queda na taxa de fecundidade, resulta no envelhecimento da população. O continente europeu é, no plano global, o mais afetado por essa combinação. Segundo projeções da ONU, em 2050, 37% dos europeus terão mais de 60 anos, contra os 20% existentes atualmente.

A taxa de fecundidade registra o número médio de filhos que as mulheres têm no decorrer da vida. Em 2009, a União Europeia teve taxa de 1,59. O mínimo indicado para que a população se mantenha é de 2,1 filhos por mulher – duas crianças substituem os pais, e a fração 0,1 compensa as meninas que morrem antes de atingir a idade reprodutiva. Por isso, a taxa de crescimento populacional na UE encontra-se em queda (*veja o gráfico na pág. ao lado*).

Desemprego

Em alguns países, a população só não diminui por causa da imigração. Assim, para manter o crescimento econômico, as estimativas indicam que, até 2050, a União Europeia precisará de mais de 20 milhões de trabalhadores estrangeiros. Ciente disso, os países do bloco costumam incentivar a entrada de estrangeiros de maneira controlada.

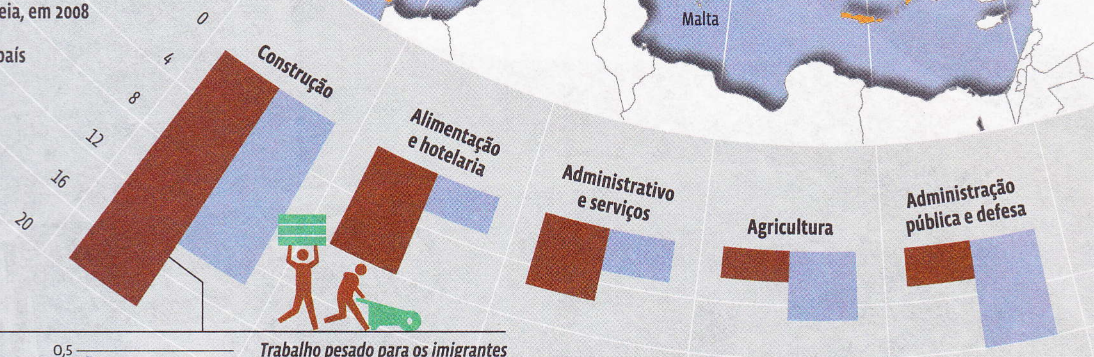
No entanto, esse cenário mudou após o início da crise econômica. Os países da União Europeia bateram recorde de desemprego: em dezembro, 23,8 milhões de europeus estavam sem trabalho, ou seja, 10% da população da UE (*veja o gráfico na pág. ao lado*). A combinação de baixa atividade econômica, desemprego, aumento de imigrantes clandestinos vindos do norte da África (com os conflitos ligados à Primavera Árabe) e mesmo a migração interna ao bloco levou a França e a Itália a pedir autorização para reforçar o controle em suas fronteiras, com dispositivos não previstos no Acordo de Schengen. O pedido acabou aceito pela União Europeia em junho de 2011. Nada indica que a pressão de imigrantes em direção à Europa Ocidental vá diminuir no futuro (*veja na pág. 126*), o que põe um risco de marcha a ré na livre circulação no espaço europeu a médio e longo prazos.

ESPAÇO SCHENGEN

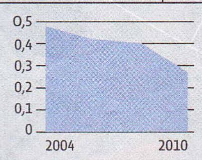
Em 26 nações europeias, os habitantes podem cruzar livremente as fronteiras, como se estivessem no próprio país: esse é o Espaço Schengen, criado em 1997. As nações signatárias adotam políticas comuns para concessão de vistos, asilos e imigração. Com a crise econômica, o desemprego atinge níveis recordes e leva vários países a rediscutir os termos do Acordo de Schengen.

O EMPREGO QUE OS EUROPEUS NÃO QUEREM

Áreas de trabalho de nativos e imigrantes na União Europeia, em 2008



POPULAÇÃO CRESCE MENOS
Taxa de crescimento populacional, em %, na UE

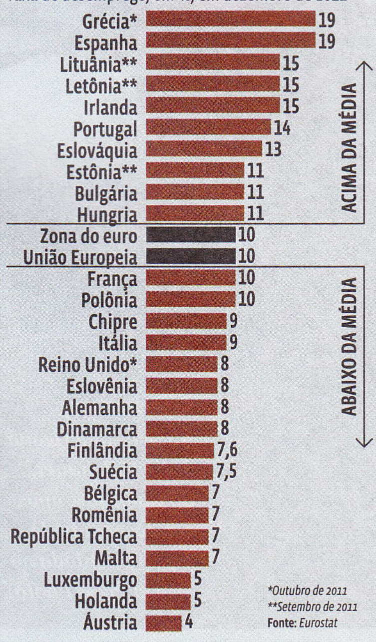


Trabalho pesado para os imigrantes
Os imigrantes, muitas vezes ilegais, compõem uma mão de obra barata necessária à União Europeia, pois ocupam vagas em atividades como construção civil, serviços domésticos e funções menos remuneradas no serviço público, muitas vezes não desejadas pelos europeus.

Fonte: *Eurostat*
** Homens de 25 a 54 anos*

DESEMPREGO EM ALTA

Taxa de desemprego, em %, em dezembro de 2011



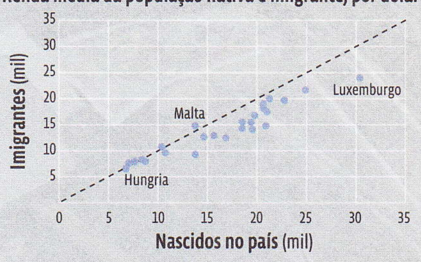
**Outubro de 2011*
***Setembro de 2011*
Fonte: *Eurostat*

Cenário difícil
Com a crise na União Europeia se espalhando, a taxa de desemprego bateu recorde: 9,9%, a maior desde 1998, ainda antes da adoção do euro. A UE estima que 23,8 milhões de pessoas estejam desempregadas, das quais 16,4 milhões entre os 17 países que adotam o euro. Grécia e Espanha, entre os mais afetados com a crise, apresentam cenários difíceis: quase 20% da população está sem trabalho.

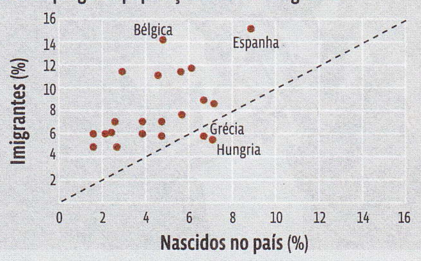
IMIGRANTES GANHAM MENOS E SÃO MAIORIA ENTRE OS DESEMPREGADOS

Em 2008

Renda média da população nativa e imigrante, por dólar PPC



Desemprego da população nativa e imigrante



Vantagem nativa
Nestes gráficos, a posição de cada ponto mostra o dado para os nativos (abcissas) e os imigrantes (ordenadas). Quando o ponto fica abaixo da linha média (que corta o gráfico na diagonal), o dado é "maior" para os nativos: seja a renda per capita (única exceção é Malta), seja o desemprego (casos de Hungria e Grécia). A UE estima que 6,4% da população do bloco em 2008 seja imigrante, sendo 4% cidadãos de países que não pertencem à UE.